

Projetos e Docentes

Coordenador(a)



**Profª Dra. Sandra Regina
Martini**

sandra.martini@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/4080439371637715>

O direito à atenção básica em saúde nas fronteiras do Brasil com o Mercosul

Analisar as estratégias e meios de cooperação encontrados pelos operadores do direito e da saúde para garantir o acesso à atenção básica em saúde como um direito fundamental nas zonas de fronteira do MERCOSUL, especificamente nas cidades Santana do Livramento e Rivera; São Borja e Santo Tomé; Foz do Iguaçu e Ciudad del Este e Puerto Iguazu; Pacaraima e Santa Elena do Uairén, na última década.



**Profa. Carmen Hein de
Campos**

carmen.campos@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/3038625843658528>

Gênero, Democracia e Direitos Humanos

Há inúmeras indicações que estamos vivendo em um período em que as democracias no mundo correm risco. Políticos autoritários, fascistas, populistas, demagógicos utilizam o processo eleitoral para se eleger e depois solapam as democracias (Stanley, 2018; Levitsky & Ziblatt, 2018; Mounk, 2019). Estratégias são utilizadas para criar um clima propício para o desenvolvimento de regimes autoritários, dentre elas, o anti-intelectualismo (ataque às universidades), a defesa da família patriarcal, o ataque ao gênero, à diversidade e ao feminismo. Essas estratégias não são apenas discursivas, pois elas fundamentam políticas públicas. A ideologia de gênero familista, a reação violenta ao gênero e ao feminismo (Campos e Bernardes, 2019) têm sido o pilar para o desenvolvimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Considerando esse contexto, este projeto de pesquisa está comprometido com a defesa da democracia, dos direitos humanos e da teoria feminista. Por isso, investiga temas relacionados às violências contra mulheres, sistema de justiça criminal, políticas públicas governamentais e judiciais e sua interação com as relações de gênero, interseccionalidades e a democracia no Brasil.



**Profa. Dra. Fernanda
Martins**

fernanda.martins@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/4258827931942666>

Corpos, Política e Autonomia (encorpA)

O projeto busca promover a investigação interdisciplinar sobre questões relativas aos debates de gênero e justiça social, analisando – a partir de epistemologias plurais promovidas e constituídas desde os corpos, como os estudos feministas, teorias queer, teoria crítica da raça e do pensamento decolonial – desigualdades, direitos, conquistas político-sociais locais e globais desde práticas autônomas de resistências coletivas corporificadas como instrumentos de Justiça Social.



**Profa. Dra. Fernanda Nunes
Barbosa**

fernanda.barbosa@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/8741415778139085>

Liberdade de Expressão e Solidariedade: Potenciais Conflitos e Possíveis Soluções

O projeto tem como ponto de partida a consideração de que a defesa que se faz de um sistema mais liberal no que toca a ideias e pensamentos não deve justificar uma liberdade irrestrita para toda forma de expressão, senão apenas na medida em que se a deduz do valor da dignidade da pessoa humana e dos princípios gerais de liberdade e igualdade, juntamente com a inerente exigência de proteção jurídica. A liberdade de expressão permite assegurar a continuidade do debate intelectual e do confronto de opiniões, integrando o sistema constitucional de direitos fundamentais e internacional de direitos humanos, e constituindo-se em um direito multifuncional que se desdobra em um feixe de direitos comunicativos fundamentais, sendo eles: as liberdades de expressão stricto sensu, de informação, de investigação acadêmica, de criação artística, de edição, de jornalismo, de imprensa, de radiodifusão, de programação, de comunicação audiovisual, de telecomunicação e de comunicação em rede; bem como as liberdades associadas às comunicativas: liberdade de profissão, livre iniciativa econômica, liberdade de prestação de serviços e o direito de propriedade. O objetivo geral do projeto, portanto, consiste em analisar o conteúdo da liberdade de expressão, bem como seus potenciais limites, a partir de instrumentos internacionais e nacionais que a positivam como um direito humano e de casos julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que reconheceram a sua violação por parte de agente privados e públicos ao longo das últimas décadas.



**Prof. Dr. Germano André
Doederlein Schwartz**

germano.schwartz@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/8040761862563396>

A reflexividade jurídica dos novos movimentos sociais do século XXI no Rio Grande do Sul

Objetivo Geral Verificar de que maneira os Novos Movimentos Sociais do Século XXI, em especial o junho de 2013 brasileiro, influenciaram a reflexividade jurídica no Estado do Rio Grande do Sul. 3.2. Objetivos Específicos 3.2.1. Investigar os variados fatores que influenciaram o junho de 2013 no Estado do Rio Grande do Sul; 3.2.2. Verificar os pontos de encontro ? e de separação ? entre os movimentos do junho de 2013 no Brasil com aqueles ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul; 3.2.3. Perscrutar o papel do Direito em vista dos novos movimentos sociais, em especial os decorrentes do junho de 2013.



**Prof. Dr. Guilherme Cardoso
Antunes da Cunha**

guilherme.cunha@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/6851203912369991>

A teoria do direito e a teoria a interpretação na eficácia e na tutela dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos

Os estudos estão vinculados à linha de pesquisa Direitos Humanos, Estado de Direito e Constitucionalismo, na medida em que se busca investigar a influência do paradigma instituído pelo Estado Democrático de Direito e pelo Constitucionalismo Contemporâneo na interpretação e na aplicação dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos. A teoria do Direito, a hermenêutica constitucional e a hermenêutica dos Direitos Humanos são decisivas para a implementação da democracia constitucional. Dessa forma, as teorias da interpretação de tempos de pós-positivismo são o ponto de partida para a aplicação dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos. A tutela efetiva dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos, a partir da teoria pós-positivista da norma jurídica, exige a adequada aplicação dos padrões decisórios da Jurisdição Constitucional e das Cortes Internacionais, o que se mostra como condição de possibilidade para assegurar a Unidade do Direito. Os objetos de pesquisa são as teorias da interpretação e do Direito, e a tutela jurisdicional dos Direitos Fundamentais e Humanos, como premissas para assegurar a implementação das diretrizes estabelecidas pelo modelo do Estado Democrático de Direito e pelas normas de Proteção Internacional dos Direitos Humanos.



**Prof. Dr. João Paulo
Forster**

joao_forster@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/8651002525623737>

Os direitos processuais humanos na perspectiva das cortes internacionais de direitos humanos e sua aplicabilidade no Brasil

A pesquisa trata do estabelecimento, consolidação e densificação dos direitos humanos processuais, com dupla finalidade: a de buscar uma adequada tutela dos direitos humanos genericamente considerados bem como de proteger o indivíduo do arbítrio estatal. O direito humano ao processo justo apresenta-se como o marco inicial para esse estudo, tornando possível compreender em perspectiva moderna qual os conceitos de jurisdição e de tutela necessários à efetiva proteção dos direitos humanos. O mencionado direito ao processo justo revela-se gênero, do qual se extraem outras espécies de direitos humanos processuais, como o direito de acesso à justiça, à prova, ao contraditório, ao duplo grau de jurisdição, à presunção de inocência, entre outros, elencados tanto no artigo 8º da Convenção Americana quanto no art. 6º da Convenção Europeia de Direitos Humanos. Apresenta-se o estudo de julgados das Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos, para que se compreenda a aplicabilidade daqueles direitos em âmbito interno, em estudo comparativo com decisões internas – do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e de outras cortes – para verificar se os direitos humanos processuais são observados nacionalmente.



Prof. Dr. Marcos Rolim

marcos.rolim@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/7964677312864330>

Prisões restaurativas: Em busca de um novo paradigma de execução penal

A pesquisa tem por objeto conhecer os resultados dos projetos de implantação de Justiça Restaurativa em prisões no mundo, com especial atenção para as avaliações de impacto e para a seleção de metodologias replicáveis e amparadas por evidências. A ideia é a da realização de um procedimento de Revisão Sistemática (Systematic Review) dos estudos disponíveis nos bancos de dados internacionais de revisão (como, por exemplo, Eric, Campbell e PubMed), tendo como critério a seleção de estudos de avaliação de impacto, experimentais e quase-experimentais (a partir, portanto, da escala 3 de Maryland), realizando metanálise. Com o estudo, será possível produzir conhecimento científico a respeito da eficiência da abordagem restaurativa na execução penal, identificando as características dos projetos que produziram os melhores resultados, o que será uma referência importante para a implantação de projetos restaurativos em prisões brasileiras.



**Prof. Dr. Martín
Haeberlin**

martin_haeberlin@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/5190995351722855>

Do conceito de bem comum à realização dos direitos humanos: A distribuição de bens em sociedade entre igualdade, entropia social e egotopia

O projeto busca investigar, identificar e analisar criticamente políticas públicas (nacionais e estrangeiras), especialmente em âmbito dos governos locais (Municípios) avaliando os seus efeitos em termos de concretização de direitos humanos, considerando, a partir dos resultados, a validade teórica da formulação de um conceito de bem comum universalizável (transnacional) fundamentado no mérito, entendido desde o seu potencial emancipador dos sujeitos e de evolução da sociedade, buscando fornecer parâmetros para a construção dessas políticas e para a atuação estatal.



**Prof. Dr. Paulo Agne Fayet de
Souza**

paulo.souza@uniritter.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/3986348618981963>

Tráfico internacional de pessoas (e as organizações criminosas transacionais) na perspectiva dos Direitos Humanos

O presente projeto de pesquisa sobre tráfico internacional de pessoas [e as organizações criminosas transacionais] na perspectiva dos direitos humanos tem por finalidade o desenvolvimento de estudo sobre os crimes associativos necessários tratados como organizações criminosas, que assolam o tempo atual da nossa sociedade e ocasionam um vasto campo de estudo no universo do Direito Penal e Processual Penal, no Brasil e no exterior, especialmente sob os aspectos de tipificação, investigação e julgamento dessa modalidade descrita no Artigo 3 do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, justamente em razão de que engloba, diretamente, o estudo dos direitos humanos à vida, à liberdade, e à dignidade.